

# EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO

CORTINHAS, Maristela Sobral - UNOPAR  
[mcort@ig.com.br](mailto:mcort@ig.com.br)

Área Temática: Comunicação e tecnologia

## Resumo

No presente estudo discute-se sobre a inclusão/exclusão social na Educação tendo como foco a Educação a Distância, EaD. A delimitação nesta análise é a Educação Superior, por ser o cenário principal da expansão desta modalidade de ensino no Brasil. Para tal se apresentam reflexões sobre a categoria inclusão/exclusão social e a seguir aspectos da relação da EaD na Educação Superior como fator facilitador da inclusão/exclusão social. Ressalta-se que as situações de exclusão e inclusão caracterizam-se por condições de desigualdade entre as pessoas de uma mesma sociedade, que na sociedade capitalista e dependente, traduz-se numa divisão de classes. A educação faz parte de um processo histórico da sociedade interferindo nessa sociedade e sofrendo sua interferência, portanto, pode ser um dos agentes responsáveis pela determinação e manutenção das desigualdades sociais, assim como pode ser um dos fatores de emancipação. Na Educação Superior o processo é mais determinante. Com o avanço da EaD a expansão no ensino superior é revelada pelos números de matrículas. Entretanto neste estudo aponta-se que são inúmeros os desafios colocados a fim de que se possa compreender as reais abrangências da EaD enquanto facilitadora de inclusão social. No entanto, já se pode afirmar que a transformação da educação e da sociedade a partir das novas tecnologias da informação é um processo irreversível presente em todos os campos sociais. Resta saber se esta transformação tornará a sociedade uma sociedade com uma “gramática social includente”, revertendo assim o processo de perdas sociais e proporcionando cidadania.

Palavras-chave: Educação Superior; Educação a Distância; Inclusão Social; Inclusão/Exclusão.

## Introdução

No presente estudo discute-se sobre a inclusão/exclusão social na Educação tendo como foco a Educação a Distância. A delimitação nesta análise é a Educação Superior, por ser o cenário principal da expansão desta modalidade de ensino no Brasil. Para tal se apresentam reflexões sobre a categoria inclusão/exclusão social e a seguir aspectos da relação da EaD na Educação Superior como fator facilitador da inclusão/exclusão social.

A fim de introduzir a discussão se apóia em Castel (1997, p.23) quando destaca que, "não se pode falar numa sociedade de situações fora do social", o que conduz a pensar que a exclusão ocorre dentro dos limites da própria sociedade capitalista. Esse pensamento pode ser

reforçado com a afirmação de Kowarick (1999, p.141), de que a população de excluídos, portanto, "tem que ser vista como algo inerente e não à parte: ao invés de exclusão, seria preferível falar de formas de inserção marginal [...]".

Nesta linha de raciocínio, ou seja, para o entendimento de que toda situação de exclusão tem um "quem" e um "lugar" dentro do contexto social total, o termo deve ser compreendido dialeticamente. Kosik (2002, p.60) ao discutir umas das problemáticas do pensamento materialista dialético - "o que vem primeiro a totalidade ou as contradições?" - afirma que, "a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias" o que leva a pensar que ambos, totalidade e contradição estão imbricados no mesmo processo nesta concepção.

Portanto, para entender o processo de exclusão social, na perspectiva dialética, requer que se considere a totalidade do processo, e na totalidade, a contradição implícita neste processo, logo, o seu contrário complementar, que se refere, justamente, ao processo de inclusão social, que, só assim, dá à questão uma visão de totalidade.

As situações de exclusão e inclusão caracterizam-se por condições de desigualdade entre as pessoas de uma mesma sociedade, que na sociedade capitalista e dependente, traduz-se numa divisão de classes (burguesia e proletariado). Esta composição social em que, segundo Marx (2003, p.69), "[...] parte da classe trabalhadora cai numa condição de miséria ou de fome [...]". Isto significa dizer, portanto, que as desigualdades são de base econômica e social. Boneti (2001, p.118) explica esse conceito, quando afirma que:

[...] o desigual seria o pobre e não o rico, o diferente seria o pobre e não o rico, mesmo que o pobre se apresente na maioria. [...] a igualdade não se estabelece pela maioria, mas a partir do conceito padrão, que, na nossa sociedade capitalista, é imposto pelas classes dominantes. O igual assume uma posição de comando ou, no mínimo de superioridade, perante o diferente. Trata-se de uma construção social originada de um processo histórico de dominação.

Neste sentido, desigualdade tem relação com diferentes condições econômicas e sociais dentro da sociedade capitalista, numa relação entre dominados e dominadores, entre burguesia e proletariado, entre incluídos e excluídos. Visto isto, em complemento ao pensamento de Boneti (1988 apud ESCOREL, 1995, p.15), realiza-se uma relação entre a questão da "dominação" e da "exclusão":

[...] 'excluir' significa 'expulsar do mundo dominante', significa literalmente, 'pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais', é não apenas 'marginalizar' e sim 'desconsiderar a existência humana'. 'Excluir' significa 'criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer'.

Desta forma, pode-se considerar que o incluído é o *igual* e, que, conseqüentemente, o excluído é o *diferente*, entendendo-se, portanto, que um não existe sem o outro. Assim, é necessário que se compreenda que há um todo e que este é contraditório. Nesta perspectiva de análise, a exclusão é um processo que ocorre dentro dos limites da própria sociedade capitalista, que tem como eixo as relações de trabalho (1), que é a base estrutural das relações destas sociedades, as desigualdades econômicas e sociais, e também, a concepção simbólica de igualdade e de diferente apontada por Boneti (2001).

Na complexidade das sociedades capitalistas do final do século XX, Castel (1997, p.40), ao discutir a legitimidade do termo exclusão, afirma que: "[...] a maior parte das situações assim qualificadas [...] Trata-se, na maioria das vezes, dessa vulnerabilidade criada pela degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas [...], a crise da sociedade salarial."

Paugam (1999a, p.58), sugere que se agreguem dimensões concretas ao conceito em discussão, e "uma delas refere-se a como o mercado de trabalho está organizado. Outra tem a ver com a maneira, segundo a qual, os vínculos sociais são construídos. E, por fim, há as diferenças que remetem ao sistema de proteção".

Considerando-se a pessoa que está historicamente fora do mercado de trabalho, ou aquela que está inserida, formal ou informalmente, mas, com salário ínfimo, o que a coloca abaixo do nível considerado de pobreza (2), para Paugam (1999a) esta situação agrava-se numa relação direta com o tempo em que a pessoa está exposta a tal situação. Para o mesmo autor (Ibidem, p.56), "trata-se de uma escala progressiva e isso não são simplesmente constatações feitas pelas pessoas, mas são resultados de pesquisas. Por exemplo, as pesquisas mostram relação entre desemprego e a precariedade da relação conjugal." O autor relaciona, ainda, a inserção no mercado de trabalho com os vínculos e proteções sociais, salientando que a situação de exclusão social, provocada por uma constante situação de perdas que vai se complexificando ao longo da vida, pode ser amainada, ou agravada, pela força, ou labilidade, dos vínculos sociais e/ou pela ausência, ou presença, de um sistema de proteção social.

Apesar de se afirmar que "[...] no Brasil os vínculos de solidariedade familiar e social são mais fortes" (Ibidem, p.55), poderia se supor que esse processo de exclusão social fosse amainado pela força desses vínculos. Entretanto essa solidariedade não tem sido suficiente para tal feito, principalmente, quando se trata de estruturas familiares já em processo de empobrecimento passado de geração a geração. É isso que tem acontecido desde os

primórdios da constituição da sociedade brasileira até a atualidade (PRADO JÚNIOR, 1996; 1973; CAMPOS, 2003).

Tem-se, no Brasil, um histórico de abandono social das classes desfavorecidas. Neste começo de século XXI, com o predomínio do Estado Liberal, apesar do discurso oficial e do assistencialismo criado pouco se investe na qualidade da educação, dos sistemas de seguridade social (previdência, saúde e assistência), de habitação e alimentação. Isto agrava, significativamente, a situação tanto daqueles que já vêm historicamente num processo de exclusão social, quanto daqueles que vivem na atualidade a crise do mercado de trabalho. Ocasiona-se uma exclusão que por não ser socorrida chega a extremos<sup>(3)</sup>.

Ocorrem também grupos que além da base fundamental da exclusão social, são excluídos também por aspectos étnicos, de gênero, de religião, de raça, de doença, de idade, geográficos, dentre outros.

Castel (1997, p.36-7), define três subconjuntos de práticas diferentes de exclusão social, que, além da relação econômica direta, possuem uma relação de dominação; são elas: "a supressão completa da comunidade" (o extermínio de populações indígenas na América Latina); "a construção de espaços fechados e isolados dentro da comunidade" (a construção de escolas especializadas para pessoas com deficiência ou hospitais para doentes mentais); "e a determinação de um *status* especial a certos grupos populacionais que lhes permita coexistir na comunidade" (a situação dos negros, com o *status* de sub cidadãos na contemporaneidade).

Nesta perspectiva, a noção de cidadania transcende a noção unicamente de divisão de classes ou do simples acesso, "[...] o que está em jogo é o direito de participar na própria definição deste sistema [...], a invenção de uma nova sociedade" (DAGNINO, 2000, p.87). Supõe-se, portanto, que a tentativa de resolução da situação de exclusão requer uma distribuição mais igualitária da renda e um novo formato social, juntamente com um processo de aprendizagem social. Isto para que se possa apreender novas formas de relações com os diferentes e a lidar com a rica diversidade social tão presentes no Brasil, constituída pelo processo de construção histórica da sociedade. É dentro dessa nova perspectiva, dessa "nova gramática social" (SANTOS e AVRITZER, 2002) que há a demanda de um novo formato de democracia.

## **Exclusão/inclusão e EaD**

A educação faz parte de um processo histórico da sociedade interferindo nessa sociedade e sofrendo sua interferência, portanto, pode ser um dos agentes responsáveis pela determinação e manutenção das desigualdades sociais, assim como pode ser um dos fatores de emancipação. Na Educação Superior o processo é mais determinante.

Nas políticas para Educação Superior estão presentes as pressões das transformações político-econômicas. O processo não ocorre isoladamente no Brasil, pode ser afirmado que os efeitos da globalização na Educação Superior são mundiais. Entretanto são os países do chamado bloco periférico que sofrem de maneira mais radical a ingerência externa nas suas políticas. A dependência econômica suplanta ideologias e reduz as possibilidades de atendimento a demandas sociais. (SOARES, 1996); (MACHADO, 2006)

A explicação para tal submissão pode estar na ênfase ao fator econômico que tem mais bases nos organismos internacionais do que nos agentes internos e que representa o aspecto determinante das políticas pública. O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) têm sido importantes interlocutores multilaterais na construção da agenda da educação nacional.

As recomendações para Educação Superior para América Latina seguem as tendências de menor intervenção do Estado. Em importante documento resultante de cinco anos de discussões sobre o tema, construído com a participação inclusive de representantes de instituições acadêmicas de países do continente, sugere-se que “Una agenda de cambio y modernizacion de la educación superior en América Latina necessita tomar en consideración recomendaciones como las formuladas por CEPAL-UNESCO y el Banco Mundial” (BRUNNER, 1995, p.46), orientações que têm sido incorporadas nas políticas nacionais.

Dessa agenda se destacam as seguintes orientações (BRUNNER, 1995, p.46-52):

- Diferenciação e diversificação;
- Desenvolvimento do setor privado;
- Financiamento diversificado;
- Novo contrato entre os sistemas e o governo;
- A formação de uma nova geração de acadêmicos;
- Atenção especial a instituições que não estejam preparadas para o novo pacto de auto regulação;

- Política de diversificação institucional;
- Internacionalização da educação Superior

Observa-se que as orientações externas estão sendo atendidas mas que existem também pressões internas com interesses diversificados.

É neste contexto do ensino superior que entra em cena a Educação a Distância. Dentro da história da educação brasileira a Educação à Distância é uma metodologia educacional que vem sendo utilizada no Brasil desde a primeira metade do século XX, principalmente em cursos técnicos, supletivos ou de segundo grau. Sua utilização caracterizava uma escolaridade aligeirada e sem muito rigor no controle de qualidade metodológica, de aprendizagem e de avaliação e a sua demanda advinha de uma classe de trabalhadores a fim de complementar seus estudos. Eram os cursos por correspondência, por TV ou rádio que segundo Chaves Filho, (2007, p.24-6), nesta época “[...] foi considerada como ensino de segunda linha. Nos anos 40 essa modalidade de educação era tida como auto-aprendizagem e, em muitos casos, vista como negócio lucrativo para espertos empreendedores.”

A partir da década de 80 com o advento das modernas tecnologias de informação e comunicação, o ensino à distância tomou um novo formato com uma logística metodológica que otimizou as condições de ensino-aprendizagem, as avaliações e controles desta aprendizagem, agregando ao arcaico ensino à distância elementos da modernidade tecnológica até então inimagináveis. A qualidade na transmissão dos conteúdos e o controle da aprendizagem e da avaliação puderam ser aprimorados a partir dos recursos tecnológicos e, desta forma, a educação à distância, assumiu, neste início de século XXI, uma posição de vanguarda dentro da educação. Para o Ministério de Educação e Cultura do Brasil “no contexto da política permanente de expansão da educação superior no país, implementada pelo MEC, a EaD coloca-se como uma modalidade importante no seu desenvolvimento”. (2007, MEC)

E a expansão no ensino superior é revelada pelos números da educação. Em 2002 a oferta de cursos de ensino superior presencial, segundo o INEP (2002, 2003, 2004, 2005, 2006), foi de 14.339 cursos, enquanto que no ensino a distância foi de 46 cursos. Deste período até 2006 percebe-se que a oferta de cursos no ensino superior presencial teve um crescimento de 64,8% aproximadamente, enquanto que, neste mesmo período, o crescimento do ensino superior a distância cresceu 758%, ou seja, enquanto no ensino superior presencial teve-se 22.101 cursos oferecidos em 2006 em todo o território brasileiro, no ensino superior à

distância teve-se 349 cursos oferecidos. Mas, não foi apenas o crescimento na oferta de curso na modalidade de Educação à Distância que surpreendeu, foi também o crescimento no número de matrículas efetivadas, pois, enquanto no ensino superior presencial o número de matrículas aumentou 74,4% no mesmo período, no ensino superior à distância este número aumentou 201% aproximadamente.

Outro fator inédito na história do ensino superior brasileiro, que está sendo protagonizado pela EaD, é a disseminação do ensino superior pelos interiores mais longínquos do Brasil. Enquanto as instituições de ensino superior, na modalidade presencial, concentram-se em cidades de grande e médio porte e os estudantes devem deslocarem-se a ela, até pela estrutura física e de recursos humanos necessários ao seu funcionamento, no ensino à distância percebe-se um movimento de horizontalização da rede de educação de ensino superior. Ela vai espalhando seus tentáculos superando as barreiras físicas, geográficas, sociais, econômicas e culturais. Ultrapassando rios, florestas, estradas alagadas, secas, IDHs baixos e todas as diversidades de obstáculos antes intransponíveis à educação superior. Além das capitais, as cidades mais confinadas e isoladas do Brasil possuem hoje cursos superiores na modalidade à distância.

Para ilustrar, tomou-se como exemplo uma universidade que possui Educação a Distância presencial, e tomou-se como critério de escolha o fato desta instituição ser uma das pioneiras em EaD no Brasil e possuir pólo de apoio presencial de educação a distância em todos os estados brasileiros.

Nessa instituição, na relação entre o número de pólos de apoio presencial com o de cidades agrupadas pelo número de habitantes e na somatória do número de pólos de apoio presencial em relação às cidades agrupadas pelo número de habitantes observa-se que: dos quatrocentos pólos de EaD da instituição aproximadamente 50% deles encontram-se em cidades com menos de 100.000 habitantes; destes, 75% aproximadamente situam-se em cidades com um número de habitantes inferior a 60.000. Além disto, os outros 50% dos pólos de EaD, desta instituição, encontram-se espalhados entre cidades que variam de 120.000 habitante a 7.000.000 de habitantes (dados do primeiro semestre de 2008).

Ressalta-se que o ensino superior à distância tem penetrado predominantemente em cidades interioranas brasileiras, como por exemplo, Coari no interior do Amazonas; Cruzeiro do Sul e Feijó no interior do Acre; São Félix do Xingu e Xinguara no interior do Pará; Colinas do Tocantins e Gurupi no interior do Tocantins; São Miguel do Araguaia no interior de Goiás;

São João do Paraíso e Almenara em Minas Gerais; Xique Xique e Irecê no interior da Bahia e tantas outras dezenas de cidades de difícil acesso, longe dos centros urbanos, onde outrora seus moradores eram fadados, no máximo, ao ensino médio, e que hoje têm acesso ao ensino superior à distância. Associado a esta penetração nas regiões longínquas brasileira tem-se um perfil do estudante de EaD, nestas localidades, de classe “C” na sua maioria. Segundo Ruiz (2007, p.42) “As distâncias e as desigualdades do nosso Brasil dificultam o acesso ao ensino e a EaD democratiza as oportunidades [...]”

Pelos registros acima, nota-se que a EaD supre parte do déficit histórico da educação superior brasileira. Este tem sido o discurso tanto das instituições privadas como públicas. Entretanto, é necessário considerar as contradições intrínsecas à questão no contexto da atual sociedade brasileira, de um país com marcantes desigualdades sociais e que, dentro do projeto de estado neoliberal, tem a tendência a transpor para o setor privado a sua responsabilidade com a educação, sem responsabilizar-se com políticas públicas regulatórias com vistas à qualidade da educação. Para Belloni (2002)

No contexto atual do capitalismo, sobretudo com o sucesso incontestável dos sistemas midiáticos de vocação mundial (televisão e internet), o campo educacional aparece como uma nova fatia de mercado extremamente promissora, na qual o avanço técnico em telecomunicações permite uma expansão globalizada e altas taxas de retorno para investimentos privados transnacionais. Evidentemente, o modelo neoliberal selvagem, aplicado aos países periféricos segundo receitas das agências internacionais, só vem favorecer a expansão de iniciativas mercadológicas de larga escala, colocando nos mercados periféricos, a exemplo do que ocorre há muito no campo da comunicação, produtos educacionais de baixa qualidade a preços nem tão baixos. É aí que se abre o mercado da educação a distância, no qual o uso intensivo das TIC se combina com as técnicas de gestão e marketing, gerando formas inéditas de ensino que podem até resultar, às vezes e com sorte, em efetiva aprendizagem.

Apesar desta necessária reflexão a EaD é um fato, uma realidade educacional, e as perspectivas são que dentre em breve ela se mesclará com a educação exclusivamente presencial, deixando de lado essa linha divisória entre o presencial e o à distância. Nas palavras de Belloni (2002)

[...] uma das macrotendências que se pode vislumbrar no futuro próximo do campo educacional é uma "convergência de paradigmas" que unificará o ensino presencial e a distância, em formas novas e diversificadas que incluirão um uso muito mais intensificado das TIC.

Sobre a inclusão social, daqueles que supostamente estão excluídos ou à margem da sociedade, ainda pouco se pode afirmar a partir da EaD, pois a inclusão social se faz de forma

mais complexa do que o simples acesso físico às salas de aula. É fato que a EaD tem levado educação aos confins da sociedade brasileira, a grupos populacionais que se encontram à margem da sociedade, mas também aqui percebemos as velhas contradições presentes na história da educação brasileira. Se por um lado há acesso às salas de aulas e os números da educação superior neste começo de século XXI são surpreendentes, por outro, há a tendência à homogeneização da educação dentro de um país diverso como o nosso. Este é um dos aspectos que merece luz a partir da revolucionária EaD, pois o acesso é à uma educação “standard”, geralmente gerada nos estúdios do sul ou sudeste do Brasil, e que viaja por vias midiáticas diminuindo as distâncias e relativizando o tempo e que, por isso mesmo, pode ter uma grande força na homogeneização da sociedade brasileira tão diversificada culturalmente.

Boneti (2006, p.21) ao abordar sobre a questão do etnocentrismo no pensamento científico afirma que “Esta concepção (etnocêntrica), no decorrer da história do pensamento científico, adentra as portas da ciência e faz dela sua refém, de forma que nos nossos dias a universalidade e a homogeneidade são requisitos indispensáveis para que a ciência se constitua como tal [...]”. E mais adiante o mesmo autor afirma que “a verdade está no centro e ela pode chegar à periferia, mas o deslocamento se dá do centro em direção à periferia e nunca em direção contrária”. (Idem, p. 40). Neste raciocínio, transpondo-o para a Educação à Distância, a homogeneização parte do centro para a periferia, ou seja, dos centros ditadores de idéias e de concepções de verdades, onde são geradas as aulas de EaD, onde se encontram as elites econômicas e intelectuais, para as periferias (interiores brasileiro) que não são consideradas como produtoras de conhecimento. Deixando de considerar, desta forma as especificidades de cada região no processo pedagógico, principalmente neste caso quando a EaD adentra aos interiores

Outro aspecto a se pensar é a possibilidade de que a EaD seja apenas uma forma de institucionalizar as desigualdades sociais a partir, não mais da falta de escolaridade, mas, a partir do julgamento simbólico da qualidade de educação: se à distância ou se presencial, julgando como de menos qualidade a EaD.

São inúmeros os desafios colocados a fim de que se possa compreender as reais abrangências da EaD enquanto facilitadora de inclusão social. No entanto pode-se afirmar que a transformação da educação e da sociedade a partir das novas tecnologias da informação é um processo irreversível simplesmente porque “[...] elas já estão presentes e influentes em todas as esferas da vida social [...]”. (BELLONI, 2002). Resta saber se esta transformação

tornará a sociedade uma sociedade com uma “gramática social includente”, revertendo assim o processo de perdas sociais e proporcionando cidadania.

## REFERÊNCIAS

- Belloni, M<sup>a</sup> L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, 2002, vol.23, n. 78, ISSN 0101-7330.
- BONETI, L. W. Estado e exclusão social hoje. In: ZARTH, P. (Org.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijui, 1988, p.9-44.
- \_\_\_\_\_. **Ser ou estar pobre?** A construção social da noção de desigualdade. *Revista Contexto & educação*, ano 16 - n. 62, Ijuí: Unijui, 2001, p.115-134.
- BRUNNER, (Coord.) **Educación Superior en América Latina**: una agenda de problemas, políticas y debates en el umbral de año 2000. Universidad de Columbia, Santa Fé de Bogotá, 1995.
- CAMPOS, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R. & SILVA, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**, volume 2: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, M. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997, p. 15-48.
- CHAVES FILHO, Hélio. Resistência Vencida. **Revista Bem Público**: Hora Pública Editora, ed. 16, out/nov, 2007, pg. 24-6.
- CORTINHAS, M. S. **Políticas Públicas para Educação Inclusiva**: uma contradição manifesta na exclusão escolar. Dissertação de Mestrado, UTP, 2005.
- DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: a transformação do discurso e práticas na esquerda Latino Americana. In: ALVARES, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e políticas nos movimentos sociais Latino Americanos**: novas leituras. Belo horizonte: UFMG, 2000.
- INEP. **Cópia de Sinopse\_ Superior\_ 2001-6**. Brasília: INEP. 2006
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOWARICK, L. O conceito de exclusão social. In: VERAS, M. (Org.) **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugan. São Paulo: Educ, 1999, p. 138-142.
- MACHADO,E. Políticas para a formação de professores no contexto neoliberal: avanços e retrocessos. In: MACHADO, E.; MUELLER, H. I. (Orgs.) **Políticas Públicas educacionais**: múltiplos olhares. Ijuí:ed.Unijuí, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MEC. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância**. Brasília: MEC, 2007.

PAUGAM, S. Abordagem sociológica da exclusão. In: VERAS, M. (Org.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999, p.49-62.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 24ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RUIZ, Nilmar. Revolução na Educação. **Revista Bem Público**: Hora Pública Editora, ed. 16, out/nov, 2007, pg. 42.

SANTOS, B. S. & AVRITZER, L. Introdução para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SOARES, M.C.C. Banco Mundial: políticas E reformas.In: WARDE. M. J. et alli. (Org.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As armadilhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999, p.16-26.